



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14716 - Resumo Expandido - Trabalho - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 15 - Educação Especial

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DE 1994 POR ROSITA EDLER CARVALHO

Mônica de Carvalho Magalhães Kassar - UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Alessandra Rodrigues de Freitas - UFMS - PPGE CPAN - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Damiana da Costa Sanchez Oliveira - UFMS/Campus do Pantanal - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DE 1994 POR ROSITA EDLER CARVALHO

A década de 1980 foi marcada, no Brasil, por uma movimentação de luta contra a ditadura civil-militar (1964-1985), quando representantes da sociedade civil se organizaram em busca da garantia de direitos sociais. A Constituição Federal de 1988 decorreu desse processo de luta e de grande mobilização social e situou a educação como um direito social e dever do Estado (Kassar, Rebelo, Oliveira, 2019). Porém, na década de 1990, o Estado brasileiro assumiu uma conotação, que buscou a valorização dos mecanismos de mercado, o apelo à iniciativa privada, à redução do tamanho do Estado e do setor público. (Saviani, 2007).

Diferentes autores (Garcia, 2004; Kassar, 2011) afirmam que é nesse período que se iniciou a disseminação do discurso sobre Educação Inclusiva, quando agências internacionais, como a UNESCO, passaram a disseminar conceitos e posições que impactaram o direcionamento das políticas educacionais brasileiras (Garcia, 2004; Batalla, 2009, Kassar, 2011). É nesse contexto que, em 1994, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial.

Com atenção ao contexto acima, o objetivo deste trabalho é conhecer como se deu a elaboração da Política de Educação Especial de 1994, sob o olhar de um dos participantes do processo: a professora Rosita Edler Carvalho, que esteve à frente da Secretaria Nacional de Educação Especial, no período de elaboração do documento. Para a realização deste estudo, foi utilizado um depoimento da professora, concedido a uma das autoras deste trabalho, em 28/02/2013. A entrevista foi integralmente transcrita pelas demais autoras.

As análises são desenvolvidas em contraponto ao movimento do contexto da época, pois compreendemos a sociedade como síntese de múltiplas determinações e, dessa forma, “podemos pensar a educação como constituída e constituinte dessas mesmas relações sociais” (Evangelista; Shiroma, 2015, P. 84)

Em 1990, Rosita Edler Carvalho foi convidada a fazer parte da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), compondo a equipe por nove meses, período em que deveria organizar documentos oriundos de oficinas setoriais que dariam suporte à elaboração de políticas para Educação Especial. Segundo Edler Carvalho, [...] “eram caixas e caixas daquelas câmaras técnicas que ela [Maria de Lourdes Canziani - coordenadora da CORDE à época] fazia e que estava precisando de uma organização, e eu fui lá e eu fiz isto”. Recordamos que entre 1985 e 1986, foram criadas a CORDE e a Secretaria de Educação Especial (SESPE), no governo de José Sarney (1985-1990), período da desativação do Centro Nacional de Educação Especial - CENESP (Jannuzzi, 2012).

O governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) extinguiu a SESPE e a Educação Especial passou a fazer parte da Secretaria Nacional de Ensino Básico (SENEB), inserida no Departamento de Educação Supletiva e Especial (DESE). Dentro deste setor, havia uma coordenação de Educação Especial (Jannuzzi, 2012), que Rosita Edler Carvalho assumiu, ao sair da CORDE: “Quando entrou a gestão Collor, acabaram com a Secretaria de Educação Especial e voltaram ao esquema tradicional, antigo, que é um Departamento de Ensino Supletivo por conta dos que estiveram significativamente desviados da faixa etária”.

Com o *impeachment* de Fernando Collor, no Itamar Franco (1992-1994), Murílio Hingel assumiu o Ministério da Educação. Com essas alterações, em 1992, a Secretaria de Educação Especial voltou à estrutura básica do MEC, sob a direção de Rosita Edler Carvalho, como Secretária de Educação Especial (Mazzotta, 1996). Os relatos da professora dão conta de que, logo que o novo ministro assumiu o cargo, houve uma grande mobilização por parte dos técnicos de Educação Especial do MEC, para que a diretoria voltasse a ser uma secretaria e, em uma reunião ocorrida no Ministério de Educação, Rosita argumentou em defesa da criação da nova secretaria, que foi, então, instituída, tendo a professora no cargo de secretária.

Rosita Edler Carvalho, identifica, desde sua estada na CORDE, um forte embate de ideias no início dos anos de 1990, período de elaboração do documento da Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 1994). De um lado havia uma pressão, por parte de educadores

influenciados por pensamentos vindos especialmente do Canadá, direcionados ao que se chamava de “integração total”, que se relaciona à origem da perspectiva atualmente denominada de inclusão, e, do outro, uma posição mais cautelosa, com a qual a Edler Carvalho se identificava, pois, segundo ela, mesmo sendo a favor da integração dos alunos nas escolas, não considerava adequadas mudanças bruscas sem uma estratégia de acompanhamento: “[...]eu achava que não era bem assim, fecha tudo e bota tudo, como o movimento da inclusão tenta fazer”.

Lembramos que a década de 1980 registra o fortalecimento do movimento antimanicomial, vindo especialmente da Itália e que, de certa forma, influenciou a forma como a pessoa identificada como “fora do padrão de normalidade” passou a ser vista (Lüchmann; Rodrigues, 2007).

Em 1992, a CORDE define a Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, norteando-se, pelos princípios de normalização, integração, individualização, simplificação e interiorização (Mazzotta, 1996), que já estavam presentes das bases das ações do CENESP (Jannuzzi, 2012).

Ressaltamos que, na organização das ações da Educação Especial no Brasil, alicerçadas nesses princípios, as instituições privadas sempre tiveram um papel preponderante, nos atendimentos às pessoas com deficiências e mesmo nas decisões políticas (Jannuzzi, 2012; Kassar; Rebelo; Oliveira, 2018). Este aspecto é destacado por Rosita Edler Carvalho, quando explica sua indicação como Secretária de Educação Especial naquele momento: “[...] Eu acho que eles devem ter feito contato com o ministro, porque eles me conheciam”. Rosita afirma que trabalhou por quatro anos no CENESP e, então, tinha contato com todas essas instituições. Jannuzzi (2012) afirma que em 1979, o CENESP prestou assistência a 279 instituições privadas, favorecendo a assistência especializada, projetos de construção e propostas curriculares.

Já no cargo de secretária, Rosita apresentou sua proposta de trabalho que consistia especialmente em elaborar duas frentes: a elaboração de um documento de política com a participação de toda a comunidade que se dedicava à Educação Especial; e a criação de uma série de publicações sobre Educação Especial, que pudessem ser distribuídas pelo Brasil. Então, em sua gestão foi criada a primeira série de publicações denominadas de “Diretrizes”.

Durante a entrevista, Rosita Edler Carvalho destaca o processo de elaboração da Política Nacional de Educação Especial de 1994 e declara que o documento é todo fundamentado na integração. Sobre este aspecto, Rosita Edler Carvalho relata: “Em 93 eu recebi um convite [...] o Ministério da Educação da Espanha tinha um curso regular intensivo [...] lá conheci Rosa Blanco, Geraldo Echeita, o Álvaro Marchesi [...] fui estudar no Centro Nacional de Recursos de Educação Especial”. Neste curso, Rosita Edler Carvalho tem contato com a perspectiva de “integración” e relata: “lá já se discutia integración escolar e integración educacional [...] a integração escolar era todos na escola e a integração educacional era todos

aprendendo na escola”.

Rosita relata que, ao chegar ao Brasil em 1993, tinha clara a idéia de integração: “todos na escola aprendendo”, mas, sob sua perspectiva, era preciso equipar a escola, capacitar recursos humanos e então, elaborou “o instrumento de diretrizes para o encaminhamento para o Atendimento Educacional Especializado”.

Rosita participou da elaboração da política de 1994 e expôs a necessidade de explicitar as bases filosóficas, conceituais, teóricas e metodológicas para a elaboração de uma Política Nacional, em especial, da Educação Especial. “a gente tem que ter uma política, [...] que dê até as bases filosóficas, conceituais, teóricas, metodológicas para elaborar um plano... a gente não começa do plano primeiro. Tem a concepção [...]”.

Diferentes autores chamam a atenção de que Política Nacional de Educação Especial (1994) mantém o paradigma de integração ao invés de adotar os preceitos da inclusão, difundidos na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). Em relação a este aspecto, o depoimento de Rosita Edler Carvalho apresenta elementos que contribuem para melhor entendimento do contexto em tela. Inicialmente, registramos o fato de que, para a então secretária de Educação Especial, seus estudos no Centro Nacional de Recursos de Educação Especial, na Espanha, no início da década de 1990, lhe proporcionou o contato com uma perspectiva de “integración”, em que se entendia que todos deviam estar na escola (integração escolar) e que todos deveriam aprender na escola (integração educacional). Em relação a esses conceitos, lembramos que no documento original, oriundo da Conferência de 1994, o termo utilizado ainda é “integración”, embora com afirmações que levem à adoção posterior ao termo “inclusão”. Nesse relatório, o termo “inclusión” aparece apenas no item “Resumen de las Disertaciones y los debates por areas tematicas”, que segue a Declaração.

Outro aspecto identificado nesse depoimento refere-se ao que Rosita denominou como embate de ideias entre uma “integração total” e a adoção de ações mais parciais que, como ela mesmo afirma: “o que está escrito na política de 94 é muito produto do pensamento brasileiro da época”. Cabe ressaltar que os embates presentes em 1994 ainda não parecem superados, haja vista a aprovação do Decreto 10.502/2020, revogado em 01/01/2023.

Palavras-Chave: Educação Especial. Política Educacional. Rosita Edler Carvalho

REFERÊNCIAS

BATALLA, D. V. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva. **Fundamentos en Humanidades**, v. X, n° 19, pp. 77-89, Universidad Nacional de San Luiz, 2009.

BRASIL. MEC. SEESP. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, 1994.

BRASIL. **Decreto** Nº 10.502, de 30/09/ 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. . Brasília, 2020.

EDLER CARVALHO, R. **Entrevista concedida em sua residência no Rio de Janeiro, RJ**, em 28/02/2013.

EVANGELISTA. Olinda, SHIROMA, Eneida Oto. Subsídio Teórico-Metodológicos para o trabalho com documentos de Política Educacional: contribuições do Marxismo. In CÊA, G., RUMMERT, S. M. GONÇALVES, L. (Org.). **Trabalho e Educação**: interlocuções marxistas. Rio Grande: Ed. da FURG, 2019. Disponível em: <http://ole.uff.br/wp-content/uploads/sites/224/2019/08/TRABALHO-E-EDUCACAO-1.pdf#page=84>

GARCIA, R. M. C. **Políticas públicas de inclusão**: uma análise no campo da educação especial brasileira. Tese [Doutorado em Educação]. UFSC, 2004.

JANNUZZI, G. de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

KASSAR, M. C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, n. 41, p. 61–79, jul. 2011.

KASSAR, M. C. M.; REBELO, A. S.; OLIVEIRA, R. T. C. Embates e disputas na Política Nacional de Educação Especial brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, e217170, 2019.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; RODRIGUES, Jefferson. O movimento antimanicomial no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 399-407, 2007.

MAZZOTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

UNESCO. **Conferencia mundial sobre necesidades educativas especiales: acceso y calidad**. Salamanca, España, 7- 10 de junio 1994. UNESCO: Ministerio de Educación y Ciencia. Secretaria de Estado de Educación: Centro de Publicaciones. Secretaria General Técnica, 1994.